

Os socialistas e o Brasil

março de 2016

texto preparado a pedido da direção do PSB

A história do Brasil registra um enorme êxito: tendo como ponto de partida grupos desenraizados, retirados de seus ambientes de origem, fomos capazes de criar um povo novo. Indígenas, portugueses e africanos no começo, depois gente do mundo inteiro, aqui formaram um grande contingente humano, uno e diversificado, dotado de características próprias, que inexistia há poucas gerações. Falamos a mesma língua, fundamos um Estado independente, estruturamos um sistema econômico moderno, nos fixamos em um território generoso, constituímos memória e sentimentos comuns. Estamos unidos por uma clara identidade nacional. Ela não tem raízes em um passado que nos fascine, em ideologias de raça ou de religião, em vocação expansionista, em xenofobias e ódios, em qualquer tipo de arrogância. Olhamos sempre para o futuro, somos abertos ao que é novo, aceitamos a diferença e temos na cultura – uma cultura de síntese – a nossa razão de existir. Somos o maior povo novo do mundo moderno.

Nossa história também registra, porém, um enorme fracasso: esse povo não assumiu até hoje o comando de sua jovem nação. O estatuto colonial originário transmudou-se em dependência externa; o escravismo prolongado, em gigantescas desigualdades sociais. A sociedade brasileira muda e progride, mas continua a produzir grandes populações excluídas.

Até recentemente, essa situação podia perpetuar-se, com alto custo humano, sem comprometer a nossa existência. Agora não pode mais: o

crescimento demográfico, a concentração em grandes cidades, o acesso à informação, a maior capacitação técnica e o novo contexto internacional colocaram o nosso povo diante de um dilema incontornável. Cada vez mais, ele pode e precisa tornar-se o agente de sua própria história.

O Brasil, que desde a origem foi organizado como uma empresa territorial para servir ao mercado mundial – produzindo, em sequência, madeira, cana, ouro, borracha, café, minérios, soja e outros bens primários –, terá de completar o trânsito para se tornar uma nação para si. O país de poucos terá de ser de todos. Se formos incapazes de dar esse salto, nossa existência como nação soberana e sociedade organizada estará em perigo. Seria mais realista dizer: já está em perigo.

* * *

As últimas três décadas criaram uma realidade nova entre nós: passamos da condição de economia de alto crescimento para a de economia de baixo crescimento; começamos a perder a base industrial que conquistamos no século XX; reprimarizamos a nossa pauta de exportações, aprofundando a posição periférica; em curto período, concentramos a população em grandes cidades; colocamos o Estado nacional na condição de refém do sistema financeiro; expandimos a fronteira agrícola até as franjas da Amazônia, instalando nas áreas novas uma estrutura de propriedade da terra ainda mais concentrada que a das áreas de ocupação secular.

Atuando de forma combinada, esses processos lançaram o Brasil em tremendos impasses. Há um mal-estar crônico e disseminado, que de tempos em tempos se torna agudo e dramático. As pessoas reconhecem o

difícil presente, em que vivem, e pressentem um futuro incerto para si e para seus filhos. A vontade de transformar as circunstâncias vigentes é clara, mas o caminho para isso permanece indefinido. A necessidade de mudar fica pendente, sem se realizar nem desaparecer. Isso é a crise.

Há muitos anos essa crise experimenta idas e vindas, tendendo a agravar-se, pois a única forma de solucioná-la – fazer o povo comandar a nação, para resgatá-la, reinventá-la e desenvolvê-la – ainda não foi alcançada.

Nossa história recente é uma impressionante sequência de promessas frustradas. Para superá-las, será preciso refundar a nação, realizando um processo de mudança que, ao fim e ao cabo, resulte na hegemonia dos grupos sociais que vivem no mundo do trabalho e da cultura. Precisamos democratizar, antes de tudo, a renda e a riqueza, a terra, a informação e o acesso à educação e à cultura. Somos socialistas.

A política só tem sentido, para nós, como instrumento de transformação. Não nos reconhecemos em uma política despolitizada, reduzida a doses cavalares de *marketing* e a uma infindável sucessão de pequenos acordos, tudo a serviço da conquista e da preservação de posições de poder. O futuro que resulta daí é apenas o prolongamento do presente, pois não contém o caráter novo de um verdadeiro futuro. O país marca passo, sem sair do lugar.

Nós fazemos política em íntima relação com fins e valores. E, em vez de nos adaptar ao que a sociedade é, ou parece ser, aceitamos o risco de pensar no que ela não é, nem parece ser, mas pode vir a ser. Queremos despertar qualidades novas que estejam latentes.

* * *

Adiantamos, desde já, os cinco compromissos fundantes do nosso projeto:

(a) O compromisso com a soberania. Ele representa a nossa determinação de dar continuidade ao processo de construção nacional, buscando garantir um grau suficiente de autonomia decisória para o Brasil;

(b) O compromisso com a solidariedade. Ele nos diz que essa continuidade deve se dar em novas bases, voltadas para edificar, pela primeira vez em nossa história, uma nação de cidadãos, eliminando as chocantes desigualdades na distribuição da renda, da riqueza, do poder e da cultura;

(c) O compromisso com o desenvolvimento. Ele expressa a decisão de mobilizar todas as capacidades e recursos para pôr fim à nossa condição de economia periférica;

(d) O compromisso com a sustentabilidade. Ele destaca a centralidade da vida e estabelece uma aliança com as gerações futuras, pois se refere à necessidade de inventarmos um novo conceito de desenvolvimento, adequado ao ambiente de uma grande nação tropical formada por diferentes biomas;

(e) O compromisso com a democracia ampliada. Ele aponta para a refundação do sistema político brasileiro em novas bases, amplamente participativas e verdadeiramente plurais, com o fortalecimento das instituições e a valorização da coisa pública em todos os níveis.

Esses compromissos são solidários entre si. Não podem ser separados nem hierarquizados. Sempre vistos em conjunto, constituirão uma permanente fonte de inspiração para nós.

* * *

O compromisso com a soberania nos remete à situação internacional, marcada por fortes assimetrias entre as regiões, as nações e os povos.

O padrão monetário em vigor contém a primeira assimetria relevante: desde a década de 1970, um Estado nacional emite uma moeda fiduciária em torno da qual o sistema-mundo gravita, sem que existam instituições multilaterais que regulem e disciplinem essa emissão. Tal anomalia gera tensões e instabilidades permanentes, pois o espaço de soberania de um único Estado passou a ser todo o planeta. Ocupando uma posição privilegiada nas relações com o mundo, os Estados Unidos acostumaram-se a viver muito acima dos seus próprios recursos. E, com o tempo, esse novo arranjo monetário incrementou o poder de agentes econômicos que vivem desconectados da economia real.

Criou-se um capitalismo administrador de dinheiro. À frente do sistema não mais estão capitães de indústria, mas gestores de ativos líquidos, que vivem imersos em um ambiente de competição predatória. A composição das carteiras que administram se altera diariamente. Apostam em tudo – no valor relativo das moedas, nos preços das *commodities*, nas ações em bolsa, em pequenas variações das taxas de juros –, sempre operando em mercados futuros, inexistentes. Criam sem parar novos “produtos” financeiros, cada vez mais complexos e opacos. Seus negócios se conectam em paraísos fiscais. Realizam transações que movimentam bilhões, mas que são concluídas sem que haja entrega física de nenhum bem. Fazem muitas contas, que não têm nada a ver com o cálculo econômico, pois vivem em um mundo de soma zero. Mesmo assim, têm

lucros extraordinários. No Brasil, são conhecidos pelo eufemismo de “investidores internacionais”.

A imposição, ao mundo, dessa forma de gestão da riqueza ganhou um nome de fantasia: globalização. Exigiu a construção de um espaço financeiro homogêneo para além das fronteiras nacionais. A finança tornou-se global, mas a moeda dominante continuou nacional, o dólar. Os países que se renderam a esse sistema volátil, sem construir salvaguardas, precisam proteger-se acumulando reservas, ou seja, esterilizando seus próprios recursos em títulos do Tesouro norte-americano.

Financiados assim pelo mundo, puderam os Estados Unidos nas últimas décadas, ao mesmo tempo, manter déficits estratosféricos, generalizar endividamentos públicos e privados, fazer guerras, cortar impostos, ampliar o crédito e aumentar o consumo, tudo isso com um desempenho econômico medíocre, o mais baixo crescimento desde a Segunda Guerra Mundial. Essa incrível combinação só é possível porque a dívida “externa” do país e os preços dos produtos que importa estão expressos na moeda que ele mesmo fabrica.

* * *

A segunda assimetria importante está fincada no coração dos sistemas produtivos. É o controle dos processos de inovação. Pois a conquista de vantagens sólidas nas relações de intercâmbio baseia-se na ocupação de posições que dão acesso a uma parte maior do excedente produzido no conjunto do sistema-mundo. Para manter-se na frente, um país deve conseguir estruturar sua economia em torno de atividades que gerem um

ganho diferenciado, situado acima da média. Tais posições são, por definição, excludentes.

Como essas atividades se alteram no tempo, a conquista e a manutenção de uma posição de vanguarda não estão ligadas, no longo prazo, ao controle de um setor, uma técnica ou uma mercadoria, mas sim à liderança do processo de inovação, ou seja, à capacidade permanente de criar novas combinações produtivas, novos processos e novos produtos.

Na esfera produtiva, o centro do sistema internacional são os poucos espaços nacionais e as poucas grandes empresas que concentram em si a dinâmica da inovação. Eles capturam sucessivamente as posições de comando justamente porque conseguem recriá-las, obtendo benefícios extras na divisão internacional do trabalho. No outro polo, a dependência também se repõe dinamicamente.

O avanço da globalização impactou centro e periferia de forma muito diferenciada. Nos países desenvolvidos, o espaço da economia e da técnica, de um lado, e o espaço das decisões políticas, de outro, permanecem estreitamente ligados pelo forte vínculo entre grandes empresas e Estados fortes. Nos demais, esses espaços se dissociam pela dispersão geográfica das cadeias produtivas, feita na presença de Estados fracos e sem corporações estratégicas de base nacional.

* * *

O Brasil aprofundou sua condição de país periférico e de economia reflexa – uma economia que apenas responde e se adapta aos ciclos do sistema internacional – ao optar por se inserir no processo de globalização pelos fluxos financeiros. Perdemos a capacidade de controlar o nosso

processo de desenvolvimento, pois o espaço de manobra dos capitais voláteis ultrapassa amplamente o espaço da sociedade nacional, com a qual mantêm vínculos tênues, ligados a oportunidades específicas de realizar bons negócios.

A amplitude desse processo tem graves consequências para a dinâmica da nossa economia. A primeira é a fraca capacidade de a sociedade disciplinar o impulso de acumulação de capital, subordinando-o a objetivos maiores, como a ampliação da cidadania e a sustentação do desenvolvimento, vistas em perspectiva de longo prazo. A segunda é a radicalização da dinâmica reflexa, marcada por ajustes passivos aos ciclos internacionais, com tendência a crises externas recorrentes. Pois, nesse contexto, o ciclo da acumulação capitalista passa a conter uma nova exigência: generaliza-se a demanda de que os lucros sejam realizáveis em moeda estrangeira, cuja oferta é limitada e instável. Decorre daí a tendência a surtos de crescimento também instável, sujeitos a interrupções bruscas ou mesmo reversões, que nos impedem de sustentar uma trajetória de crescimento robusto.

Uma incerteza exacerbada e um desenvolvimento intrinsecamente instável fazem com que o capital potencialize sua natureza especulativa e passe a exigir duas coisas: altíssima rentabilidade e enorme certeza no curto prazo. A altíssima rentabilidade é a contrapartida exigida para que, em um sistema aberto e desregulamentado, a riqueza líquida aceite trocar a moeda melhor (o dólar) pela pior (o real), ou então (o que dá no mesmo) aceite não realizar o movimento inverso. Isso se obtém por meio de taxas de juros suficientemente atrativas, que sejam um múltiplo da taxa básica paga no sistema internacional aos ativos denominados em dólar, o que penaliza permanentemente a atividade produtiva. A enorme certeza no

curto prazo é a contrapartida exigida diante da incerteza estrutural, de longo prazo, que ronda a nossa economia.

A sociedade brasileira precisa decidir se continuará aceitando a condição de economia reflexa, buscando, em cada momento, estratégias oportunistas para extrair dessa condição algumas vantagens residuais, ou se deseja constituir um projeto próprio, que dê ao país capacidade decisória suficiente para dirigir o próprio destino, com uma inserção soberana no sistema internacional.

Sucessivos governos brasileiros vêm adotando a primeira opção, a da adaptação subalterna. Nós propomos outro caminho. Grandes países periféricos, como os Estados Unidos do século XIX e a China do século XX, já passaram por isso, cada um ao seu jeito, e só obtiveram êxito quando ousaram contrariar o lugar que lhes fora atribuído pela ordem internacional de seu tempo. Fizeram profundas reformas internas. Alteraram seus sistemas de poder. Cometeram erros e aprenderam com eles. Pagaram o preço associado a essas decisões. Mas, ao fim e ao cabo, deixaram para trás a condição periférica.

* * *

A inserção internacional do Brasil deverá ser marcada, em cada momento, pela defesa da cooperação e sua prevalência sobre o confronto. Isso é essencial em um mundo dominado por problemas globais. A manutenção da paz, o direito ao desenvolvimento e a preservação ambiental devem ser três fundamentos da nossa política externa, temas em que o país pode e deve assumir posições assertivas.

O Brasil não tem reivindicações expansionistas, seja em termos territoriais, seja econômicos ou de qualquer outro tipo. Mas não abrirá mão de preservar sua soberania, condição prévia para que possamos decidir o nosso destino. Soberania é a base das demais opções. Sem ela não haverá desenvolvimento, pois não haverá projeto nacional e visão de longo prazo.

O desenvolvimento resulta de um longo processo de crescimento econômico, com aumento persistente da produtividade do trabalho, diversificação da estrutura produtiva e busca de maiores níveis de justiça social. Pressupõe mutações e descontinuidades, que não podem ser produzidas somente pelas trocas mercantis.

O mercado é necessário para otimizar o funcionamento do sistema econômico, mas é incapaz de alterar a composição e a distribuição dos estoques de riqueza. Além disso, só impulsiona as atividades produtivas que geram rentabilidade para o setor privado. Inúmeros bens e serviços essenciais permanecem subofertados, pois os portadores dessas necessidades não têm renda monetária suficiente. Especialmente nos países retardatários, o desenvolvimento exige decisões complementares entre si, que não podem ser tomadas de forma atomizada.

É necessário contar com mecanismos de coordenação supramercado que garantam a prevalência de uma visão de conjunto e de longo prazo. Isso não se confunde com a estatização da economia. Para conduzir reformas estruturais, controlar as variáveis macroeconômicas decisivas, prover bens e serviços coletivos, explorar ou regulamentar a exploração de serviços de natureza monopolista, induzir distribuição de renda e riqueza, estruturar ou apoiar conglomerados estratégicos de base nacional, estabelecer a forma de uso dos recursos não renováveis,

proteger o meio ambiente, promover o progresso científico e tecnológico, regular o intercâmbio com o exterior e defender a soberania, o Estado não precisa nem deve controlar diretamente a maior parte da base produtiva do país. A sociedade deve combinar diferentes mecanismos de alocação de recursos, entre os quais o planejamento e o mercado, na forma de uma economia mista.

Diversos tipos de propriedade e de organização da produção devem existir de forma equilibrada, inclusive as propriedades estatal, pública não estatal e privada, com generosos espaços para os empreendimentos de porte pequeno e médio, as cooperativas e todas as expressões da economia solidária.

* * *

Não estamos dizendo uma novidade. As mais importantes escolas de economia são aquelas que se esforçam para combinar o impulso à acumulação de capital, de um lado, e os interesses gerais da sociedade, de outro. Ambos não são incompatíveis, mas tampouco são necessariamente harmônicos. A compatibilização é uma construção institucional, condição *sine qua non* para o desenvolvimento.

Isso se choca com o ponto de vista liberal, que tem predominado na luta ideológica das últimas décadas. Segundo essa visão, o mercado deve ser soberano. Ele é visto como o espaço de interação de incontáveis agentes, sem que nenhum deles possa controlar os processos de troca a ponto de impor os seus próprios fins aos demais. O governo só deve agir para preservar certas condições macroeconômicas que permitam o mercado operar. Fora do âmbito de cada empresa, essa escola de

pensamento é hostil a qualquer ideia de metas, pois a busca de metas democraticamente definidas exige uma intervenção consciente nos processos econômicos e sociais, em nome de um futuro pensado, desejado, imaginado, concertado, e não produzido pela cega interação mercantil.

Os liberais apresentam-se como representantes da modernidade e do futuro, mas sua própria doutrina não lhes permite especificar a qual futuro se referem. A alocação de recursos será ótima, eles dizem, se for produzida pelo livre jogo das forças de mercado, simplesmente porque esse jogo produz uma alocação qualquer, desconhecida, considerada ótima por critérios internos à própria teoria que o glorifica. Se essa alocação denominada ótima produzirá bem-estar, não se sabe.

Se a imagem do futuro que se deseja atingir permanece indefinida, inexistem pontos de referência que permitam uma avaliação rigorosa dos processos reais. Perante qualquer dificuldade, o pensamento liberal aciona uma saída de emergência, com a incessante repetição de que é preciso esperar mais e insistir mais, dobrando a aposta, pois – eis aí o verdadeiro problema – “o modelo ainda não foi completamente implantado”. Sendo o livre-mercado apenas um tipo ideal, incapaz de organizar efetivamente o conjunto da vida social, então, por definição, a implantação do modelo liberal está sempre incompleta.

Cria-se um discurso que, como os demais discursos ideológicos, externaliza suas dificuldades. Não depende do confronto com uma realidade que lhe seja exterior, já que abriga em si condições suficientes para legitimar-se em quaisquer circunstâncias. Paradoxalmente, os fracassos o fortalecem, pois ele sempre pode acionar sua fuga para frente: “Isso e aquilo estão atrapalhando o mercado.” O argumento pode ser

repetido *ad infinitum*, pois sempre haverá inúmeras instituições e práticas, formais e informais, que “atrapalham” o mercado. Como a vida social não pode ser reduzida a operações de compra e venda, qualquer sociedade transcende muito o mercado, qualquer uma contém, reproduz e recria inúmeras instâncias não mercantis. Elas existirão sempre e serão sempre as culpadas.

As deficiências do projeto liberal conduzem seus defensores à inevitável conclusão de que é preciso aprofundar esse mesmo projeto. A incapacidade de realizar-se é, ao mesmo tempo, uma fraqueza do modelo, no plano da realidade, e uma fonte do seu vigor, no plano da ideologia.

* * *

Na moderna economia mundial, os países que enriqueceram acima da média são os que dominaram atividades que operam com rendimentos crescentes, induzem maior divisão do trabalho, são mais propensas a absorver mudanças tecnológicas, se inserem em mercados imperfeitos, com grandes barreiras à entrada de competidores, e constituem fortes sinergias com atividades afins. A indústria foi o setor por excelência em que essas características estiveram presentes. Mais recentemente, alguns segmentos do setor de serviços de alta tecnologia passaram a apresentar tais propriedades.

A outra ponta do espectro foi ocupada pelos países pobres, cujas economias, girando em torno da agricultura e da mineração, reproduziram as características opostas, permanecendo, por isso, estacionadas em graus menores de produtividade e de complexidade.

No século XX, o Brasil ocupou uma posição intermediária, mas vem perdendo posições nas últimas décadas, sofrendo processos de desindustrialização e de reprimarização de sua pauta exportadora. Mais do que nunca, o país precisa voltar a ter um projeto nacional de desenvolvimento, que não poderá ser uma repetição da experiência anterior.

Desenvolvimento, no século XXI, é diferente do que foi em períodos anteriores. Novas questões estão postas. Uma delas é o papel do conhecimento. Há bastante tempo os países mais desenvolvidos abandonaram a busca de competitividade por meios espúrios, como a diminuição dos salários e o aumento das jornadas de trabalho. Ao contrário, suas economias absorvem cada vez mais trabalho qualificado, justamente o mais bem remunerado, e deslocam para o exterior os processos produtivos mecânicos, repetitivos e devoradores de recursos naturais. As populações desses países dedicam-se, em proporções crescentes, a atividades de pesquisa, desenvolvimento, projeto, planejamento, educação e afins. Aumenta a quantidade de trabalho dedicada ao conhecimento e à informação, *lato sensu*, em relação à quantidade de trabalho diretamente realizada sobre a matéria. Mesmo sem realizar atividade manual, essa inteligência coletiva adensa as cadeias produtivas e multiplica a produtividade social do trabalho. As economias desenvolvidas do século XXI são economias do conhecimento.

Também sob esse ponto de vista o Brasil está muito atrasado: nossa economia vem se especializando em gerar postos de trabalho de baixa qualificação e baixa remuneração, o que se associa a um sistema educacional repleto de deficiências. Tanto pelo lado da demanda quanto

pelo lado da oferta a situação da força de trabalho brasileira é muito precária. Essa trajetória precisa ser revertida.

O Brasil precisa realizar uma revolução educacional. Devemos transformar a disseminação do aprendizado em prioridade nacional permanente, revitalizar a escola pública, devolver dignidade ao ofício de ensinar, incrementar um processo intensivo de estímulo à criação e à difusão do saber, para que os avanços mundiais da ciência e da técnica sejam assimilados, reprocessados internamente e integrados em um acervo nacional de conhecimentos e práticas.

* * *

Uma segunda questão decisiva para qualificarmos o conceito de desenvolvimento é a da sustentabilidade. Manejando agora tecnologias muito poderosas, a humanidade precisa adotar uma ética da responsabilidade, deixando para trás as economias de predação e a ideia de uma natureza inesgotável. Os recursos estão se tornando escassos e a defesa da vida – de toda a vida – tornou-se um imperativo, tendo em vista a nossa própria proteção e segurança.

Todos os sistemas biológicos estão sujeitos a flutuações. Mesmo em contínua mutação, eles conseguem manter o equilíbrio, ou a ele retornar, graças a interações muito complexas, ainda mal conhecidas, de matéria, energia e organismos vivos. Mas os mecanismos de compensação têm limites. Quando os sistemas recebem impactos fortes demais, sobrevêm o desequilíbrio e a morte.

A história humana registra inúmeros casos de colapsos ecológicos em âmbitos locais e regionais. Às vezes houve readaptação; outras vezes,

civilizações desapareceram. O que há de novo no mundo contemporâneo é que o espaço do desequilíbrio se alargou, passando a abarcar toda a Terra. A ameaça deixou de ser local e parcial, como as do passado, para tornar-se global. O Brasil tem contribuições decisivas a dar, especialmente no que diz respeito à preservação da biodiversidade e à alteração da matriz energética, principal emissora de gases-estufa. Temos condições muito favoráveis para expandir uma matriz limpa, com a combinação de fontes eólicas, solares, hidrelétricas e baseadas no aproveitamento da biomassa.

Nas últimas décadas compreendemos melhor a importância da biodiversidade. Quanto maior o número de espécies e de ligações entre elas em um dado ambiente, maior a tendência à preservação do equilíbrio. Ecossistemas simplificados oscilam mais violentamente diante de perturbações; são instáveis, com propensão a se desorganizar e falir. A ação humana – especialmente pela substituição de ecossistemas complexos por monoculturas – tem ampliado dramaticamente esse risco.

* * *

Será preciso repensar o nosso modelo agrícola, para garantir a pluralidade dos modos de ocupação e dos usos do território. Apesar de sua extensão, o Brasil, durante séculos, foi um país de porte pequeno ou médio, com população concentrada no litoral e agricultura realizada em polos exportadores ou em torno de centros urbanos. A hileia e o cerrado não contavam; a pampa e a caatinga contavam precariamente para uma pecuária extensiva e atividades de subsistência.

Nas últimas décadas tornou-se viável o acesso a um território muito maior. Onde havia um grande país geográfico surgiu um grande país efetivo. O pomo da discórdia da questão agrária tradicional – a terra agricultável – tornou-se abundante. Frustrou-se, mesmo assim, a expectativa dos pensadores brasileiros que associavam expansão da fronteira agrícola e democratização da propriedade. Por meios que não excluíram a grilagem e a violência, as regiões novas foram rapidamente dominadas por grandes fazendas. Esse modo de ocupação territorial se associa a um modelo agrícola que privilegia monoculturas extensas, voltadas para exportação.

A agricultura é uma atividade fundamental, mas demanda cuidados quando praticada em larga escala. Ela é o aproveitamento, pelo homem, de espécies vegetais oportunistas, adaptadas a ambientes temporários: não desenvolvem estruturas maciças, crescem rapidamente e produzem muitas sementes. As monoculturas substituem sistemas biológicos diversificados e estáveis por sistemas simplificados e instáveis, que exigem permanente aplicação de venenos, fertilizantes e outros insumos. O balanço energético dessa operação é muitas vezes negativo, mas isso não é visível a olho nu.

Em anos recentes, a área mais afetada pela voraz expansão da monocultura é o Cerrado, que corresponde a 25% do país, do Maranhão ao Mato Grosso do Sul. Bioma de contato entre todos os demais biomas brasileiros, por sua posição central, é a área de recarga das nossas três grandes bacias hidrográficas, a do São Francisco, a do Paraná e a do Araguaia-Tocantins. A rápida mutação, que inclui uma profunda alteração na composição dos solos e a quase-extinção de uma vegetação com

características muito específicas, compromete o regime hídrico dessas bacias, com enorme impacto sobre nossa população.

* * *

Do Brasil Central, a grande monocultura se expande em direção à Amazônia, um risco seriíssimo. A destruição da floresta e, eventualmente, a perda de soberania sobre a região, ou sobre parte dela, serão os acontecimentos menos perdoados pelos nossos descendentes. A primeira, um processo em curso, e a segunda, uma possibilidade, se reforçam. Desenvolvimento sustentável e consolidação da soberania são indissociáveis.

Somente há cerca de cem anos concluímos a delimitação das fronteiras e obtivemos direitos jurídicos sobre o conjunto da Amazônia brasileira atual. Mas nunca desenvolvemos um modo de ocupação adaptado às condições e às potencialidades da floresta tropical úmida que predomina ali. Enormes extensões permaneceram frouxamente ligadas ao restante do país. Nas últimas décadas, elas vêm sendo cercadas e atacadas. O uso indiscriminado do fogo torna tudo mais rápido.

Isso é a morte da Amazônia. Florestas, chuvas, solos e seres vivos, inclusive microrganismos, formam um sistema integrado e excepcionalmente complexo. A cobertura vegetal comanda a reciclagem da água para a atmosfera e os rios, e alimenta de nutrientes os solos, que são pobres. Retirá-la para plantar pastagens ou monoculturas é condenar essas áreas à degradação e à pobreza, que geram mais degradação e pobreza conforme o processo avança, em inexorável fuga para frente. O

deslocamento descontrolado das fronteiras de expansão é a marcha da insensatez.

A riqueza biológica da Amazônia, associada às suas outras riquezas – todas ainda mal conhecidas –, pode ser o nosso passaporte para o século XXI. O Brasil demonstrou grande capacidade de aprender as técnicas da Segunda Revolução Industrial, mas não se habilitou, com a mesma eficácia, a criar novas técnicas. Isso, como vimos, perpetua a nossa posição periférica.

A floresta em pé nos oferece grandes estoques genéticos e um gigantesco número de macromoléculas, cujas estruturas químicas desconhecemos e cujo potencial ignoramos. Vivendo em uma época em que as biológicas estão se tornando as mais importantes ciências aplicadas, temos preferido reduzir tudo isso a cinzas para implantar técnicas do período Neolítico: extrair a madeira e abrir espaços aos bois. No outro extremo, há os que recusam qualquer atividade econômica.

Paradoxalmente, as duas posições extremadas – a intocabilidade da floresta ou a sua devastação – podem conduzir ao mesmo resultado: a perda de soberania. Equivocam-se os que descartam essa hipótese. A história do Oriente Médio, a partir do século XX, mostra como é explosiva a combinação de recursos estratégicos e sociedades fracas. A mesma combinação está se formando na Amazônia, no século XXI. Em vez de petróleo, estão em jogo biodiversidade, água doce, minerais raros, potencial energético.

O modelo de apropriação e uso inadequado de terras, com o subsequente avanço da fronteira agrícola para áreas novas, em detrimento dos ambientes naturais, precisa ser superado. No interior das regiões já ocupadas há cerca de 60 milhões de hectares de pastagens e terras

degradadas, que precisam ser recuperadas, inclusive com programas de reflorestamento com biodiversidade em larga escala. O Brasil pode impulsionar sua economia obtendo um “desmatamento negativo”, situação em que a superfície reflorestada supera o desmatamento.

* * *

Assim como a solução conservadora para a questão da escravatura se desdobrou em questão agrária a partir da segunda metade do século XIX, pela formação de uma população pobre livre, mas sem acesso à terra, a questão agrária jamais resolvida se desdobrou em questão urbana a partir da segunda metade do século XX, pela expulsão de populações rurais e a intensificação dos processos migratórios. Hoje, a concentração espacial da nossa população é espantosa: 54% dos brasileiros vivem em apenas nove regiões metropolitanas, nove pequenos pontos em nosso imenso território. Embora o crescimento demográfico do país seja fortemente declinante, já muito próximo da taxa de reposição, a necessidade de investimentos em serviços sociais e em infraestrutura permanece aumentando com rapidez, já que esse tipo de demanda é maior nas cidades. Agrava-se a crise fiscal do Estado, provedor desses investimentos, sempre insuficientes diante de demandas que continuam a aumentar.

Ao contrário do que ocorreu em outros períodos históricos, a urbanização (e, especialmente, a metropolização) não se associa mais à elevação da produtividade média do trabalho. Além dos imensos problemas sociais e das deseconomias de aglomeração de todo tipo, o que agora se concentra nas grandes cidades é uma população cada vez mais impelida a buscar

alternativas de sobrevivência em um setor terciário informal e atrasado, não vinculado à produção, pois a indústria já não emprega mais.

Boa parte das atividades em nossas metrópoles está na informalidade. Isso se estende também às edificações e arruamentos, o que exige projetos de regularização em larga escala, acompanhados da implantação de infraestruturas, entre as quais se destacam o abastecimento de água potável, o saneamento básico e a coleta regular de lixo, fatores determinantes na qualidade de vida da população e nos níveis de saúde pública.

Outra questão urbana extremamente relevante é a da mobilidade. O sistema de transportes de cidades humanas e sustentáveis inclui modernos equipamentos de transportes de massas, uma abrangente malha cicloviária, facilidades para o deslocamento de pedestres, limites para o transporte individual motorizado e sistemas integrados que facilitem o uso de diversos modais. O automóvel continuará sendo usado, é claro, mas seu uso pode ser abolido, ou muito minimizado, nas chamadas movimentações pendulares, os trajetos diários de ida e volta entre os locais de residência e de trabalho.

A reorganização da vida nas cidades exigirá um novo pacto federativo e uma revisão constitucional. Será a hora de incorporarmos o princípio da subsidiariedade, usado na Constituição da União Europeia: no momento de definir competências, a sociedade civil tem prioridade sobre o Estado; para cumprir as funções que a sociedade, sozinha, não consegue assumir, deve-se olhar, em primeiro lugar, para os poderes locais; se as tarefas estão além das capacidades municipais, apela-se aos estados. O governo federal só é chamado a atuar nas questões que ultrapassam as competências de todas as instâncias inferiores.

Nossa construção institucional sempre seguiu o caminho inverso, imaginando soluções de cima para baixo. Isso mostra que, mais do que uma simples alteração nas leis, é de uma mudança cultural que se trata.

* * *

O Estado nacional é o único agente capaz de articular projetos regionais abrangentes, em suas múltiplas dimensões. As populações locais precisam ser integradas nele, com ampla participação, pois delas dependerá o futuro que construiremos. Nossas cidades não se tornarão mais humanas com medidas de cima para baixo, e nossos biomas não serão preservados apenas com medidas repressivas. Se a ação do Estado for basicamente negativa, reafirmando o que não pode ser feito, sem que saibamos propor aquilo que deve ser feito, as boas intenções serão derrotadas. De uma forma ou de outra, as pessoas precisam sobreviver.

Precisamos criar poderosas instituições nacionais – como criamos no passado – que integrem e coordenem o trabalho de milhares de pesquisadores e cientistas capazes de conceber e consolidar, junto com as populações locais, modelos inteligentes, modernos e sustentáveis para o desenvolvimento das regiões.

O necessário fortalecimento do Estado exige que sejam ainda mais fortalecidos, em paralelo, os mecanismos de controle da sociedade sobre o próprio Estado, sem o que ele tenderá a maior burocratização, maior arrogância, maior corrupção e maior propensão a errar. Daí a importância de uma democracia que conte com uma poderosa sociedade civil, uma esfera pública não estatal e uma administração de alto nível técnico.

A alternância no poder, condição essencial dos regimes democráticos, precisa ser contrabalançada pela existência de uma burocracia pública estável e qualificada, que represente o elemento de continuidade também necessário ao bom funcionamento de uma instituição complexa, como um Estado nacional, ao longo do tempo. Mudanças de milhares de quadros a cada quatro anos, com recrutamento indiscriminado desses quadros fora do aparelho de Estado, a partir de arranjos político-partidários, exacerbam a alternância a ponto de fazer preponderar seu aspecto negativo, por tornar errático o desempenho da administração. Decisões de curto e de curtíssimo prazo passam a prevalecer amplamente sobre quaisquer outras considerações. O loteamento de cargos, além disso, o mais das vezes é apenas a face pública das redes de corrupção que se disseminaram.

Queremos um Estado forte, portador de um projeto para a nação, mas controlado pela sociedade e aberto à crítica.

* * *

A sociedade brasileira está vivendo uma época decisiva. Sua sobrevivência depende da solução que for encontrada. Não nos referimos a uma conjuntura difícil, nem mesmo a uma crise econômica, mas a algo bem mais profundo. Cada vez mais, seremos chamados a tomar decisões que dizem respeito a uma questão decisiva, a do sentido da nossa existência como sociedade organizada e como nação. Há forças centrífugas em ação. Nos opomos a elas.

O povo brasileiro tem sólidos fundamentos culturais, e nosso processo de construção nacional está longe de ter esgotado o seu potencial civilizatório. Depois de praticamente restrita à consolidação do território em grande parte do século XIX, a questão nacional, no século XX, foi entregue à ação modernizadora do Estado, feita de cima para baixo e, por isso, fraca para alterar relações sociais excludentes, com raízes antigas. Agora, o eixo dessa construção deve deslocar-se para a população em si mesma, o que abre uma fase histórica nova. Podemos – e precisamos – deixar para trás a nossa maior fraqueza, o divórcio entre povo e nação.

A herança do ciclo longo de desenvolvimento que experimentamos no século XX – cujos principais efeitos foram a urbanização, a industrialização e a integração territorial do país – permite que surja algo novo. Com um território integrado e uma população emancipada de relações patriarcais, o imaginário nacional poderá se fixar, pela primeira vez, na ideia de uma sociedade que valorize a igualdade essencial de todos os seus cidadãos. Sobre essa base, o processo de construção nacional poderá completar-se.

O maior patrimônio de uma nação é seu povo, e o maior patrimônio de um povo são sua saúde, física e mental, e suas capacidades culturais. Para valorizá-los, será preciso transformar a eliminação da pobreza e da incultura, sob todas as suas formas e manifestações, em um objetivo explícito ao qual a sociedade subordina os demais.

É o povo que pode tirar o Brasil da crise. É ele que precisa que o sentido de comunidade prevaleça, que as instituições públicas funcionem, que a cidadania se fortaleça e que a economia se desenvolva. Imerso no mundo do trabalho, ele pode ver com clareza a viabilidade do país, cujo

potencial conhece bem. Sem expectativas de enriquecimento desenfreado, pode dispensar o fascínio pelo capital especulativo. Portador de necessidades simples, não precisa de uma economia que se oriente para a difusão seletiva de altos padrões de consumo, ao preço da desagregação social.

Valorizar a nossa população e o patrimônio social, cultural e natural do país, eis os fundamentos últimos do nosso projeto, que precisa basear-se em uma arraigada crença em nossa viabilidade.

É com o povo brasileiro, em um ambiente de democracia e diálogo, que o PSB quer construir o futuro do Brasil.